

Condições Gerais de Venda

O presente documento regula o acesso e utilização do website, propriedade dos Advogados **Mafalda Coimbra**, cédula profissional n.º **58588P** e **Miguel Tavares**, cédula profissional n.º **59322P**, com domicílio profissional em Santa Maria da Feira, Comarca de Aveiro, doravante designados por Advogados.

O acesso ao presente website, implica a aceitação integral dos presentes Termos e Condições.

1. Titularidade e Contactos

Os Advogados são conjuntamente responsáveis pela gestão, conteúdos, condições de prestação de serviços jurídicos e processamento dos dados.

2. Objeto do Website

O website tem como finalidade: informativa, institucional, divulgação de serviços jurídicos prestados pelos Advogados, disponibilização de um formulário para agendamento e para prestação de conteúdos educativos ou de interesse geral.

O website não substitui consulta jurídica personalizada, nem constitui aconselhamento jurídico direto.

3. Utilização do Website

O utilizador compromete-se a:

- a) Utilizar o website de forma ética e conforme a lei;
- b) Fornecer dados verdadeiros;
- c) Não praticar atos que perturbem o normal funcionamento do website;
- d) Não introduzir vírus ou conteúdos ilícitos.

É expressamente proibido:

- a) Recolher conteúdos sem autorização;
- b) Usurpar a identidade de terceiros;
- c) Enviar comunicações ofensivas, difamatórias ou discriminatórias.

Os Advogados poderão restringir o acesso a utilizadores que incumpram as presentes Condições Gerais de Venda.

4. Serviços Jurídicos e Relação Contratual

4.1. Natureza dos Serviços

Os Advogados prestam serviços jurídicos segundo:

- a) Estatuto da Ordem dos Advogados, doravante designado de EOA;
- b) Regras aplicáveis ao mandato forense.

4.2. Formação do Contrato Jurídico

A relação advogado e cliente não se forma automaticamente através do website.

O mandato jurídico só se considera constituído quando:

- 1. O cliente manifesta vontade expressa de contratar;
- 2. Os Advogados aceitam formalmente o mandato;
- 3. As condições específicas (honorários, objeto, âmbito, prazos) são acordadas.

Até esse momento, qualquer informação trocada é meramente pré-contratual.

4.3. Natureza da relação

A prestação de serviços jurídicos não é considerada um contrato de consumo na maioria dos casos, nos termos do art. 3.º do DL 24/2014.

Nesta senda,

- a) Não existe direito de livre resolução de 14 dias na generalidade dos serviços jurídicos;
- b) O regime de compras à distância previsto no DL 24/2014 não se aplica à advocacia, exceto em casos excecionais de venda de infoprodutos (não aplicável ao website em apreço).

5. Propriedade Intelectual

Todos os conteúdos são protegidos por direitos de autor e direitos conexos, incluindo:

- a) Textos jurídicos;
- b) Artigos;
- c) Logótipos, e identidade visual;
- d) Estrutura do website.

É proibida a reprodução, distribuição, modificação, cópia ou utilização sem autorização escrita dos Advogados.

6. Limitação de Responsabilidade

6.1. Informação disponibilizada no website

O website fornece informação geral e educativa, não substitui parecer jurídico, contrato ou recomendação específica.

Os Advogados não garantem que:

- a) O website esteja sempre disponível;
- b) Os conteúdos estejam atualizados em tempo real;
- c) O acesso esteja livre de interrupções.

6.2. Exclusão de responsabilidade

Os Advogados não respondem por danos decorrentes de:

- a) Interrupção ou falha de comunicações;
- b) Ataques informáticos;
- c) Utilização indevida do website por terceiros;
- d) Vírus ou outros eventos de segurança externos.

Nada neste documento limita a responsabilidade dos Advogados nos casos previstos por lei.

7. Reclamações e Entidade Competente

A advocacia possui regime disciplinar próprio, totalmente distinto de atividades comerciais, isto significa:

- a) A advocacia não está sujeita à RAL, não existe obrigação de disponibilizar Livro de Reclamações Eletrónico ou Centros de Arbitragem de Consumo;
- b) A entidade competente para apreciar reclamações sobre advogados é exclusivamente a Ordem dos Advogados

Todas as reclamações relativas ao cumprimento dos deveres profissionais devem ser dirigidas à OA.

Paralelamente, o cliente pode sempre contactar diretamente os Advogados através do email: geral@coimbraetavares.pt

8. Jurisdição e Lei Aplicável

Os presentes termos regem-se pela lei portuguesa. Na ausência de acordo amigável, é competente: o Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, sem prejuízo das normas imperativas aplicáveis.

9. Alterações aos Termos e Condições

Os presentes termos podem ser atualizados a qualquer momento.